



O ENCARCERAMENTO DE MULHERES NEGRAS NO ESTADO DO PARÁ EM MEIO AS DIFICULDADES DO ACESSO À EDUCAÇÃO NO CÁRCERE

Antônia Cheile Moura dos Santos¹
Maria Lúcia Ferreira Barros²
Maria Auxiliadora Maués de L. Araujo³

RESUMO

O artigo apresentado tece reflexões sobre o encarceramento de mulheres negras no Estado do Pará e as dificuldades enfrentadas por elas quanto a garantia do direito à educação, considerando o processo de escolarização como possibilidade de mudança e ressignificação de suas vidas. A metodologia do trabalho consistiu em Pesquisa bibliográfica e documental, empregando o conhecimento disponível sobre o tema escolhido em fontes bibliográficas, como livros, legislações, artigos Científicos, e em documentos digitalizados, entre outros. Os objetivos buscam verificar qual a concepção de educação ofertada nesses espaços em relação às mulheres negras, compreender como ocorre o processo da educação no ambiente prisional para as mulheres, e quais os desafios e barreiras encontrados pelos educadores para conseguirem a realização deste ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Educação no cárcere. Mulheres encarceradas. Acesso a educação no cárcere.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará – UEPA e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e-mail: antoniamoura8550@mail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará – UEPA e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e-mail: maria.lfbarros@aluno.uepa.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (2012), Pós Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/2016), Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Federal do Pará (2006), especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado do Pará (2005) com graduação em Pedagogia pela União das Escolas Superiores do Pará (1990). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária – GEPGTEC/UEPA. Coordenou cinco versões do PIBID, atualmente é Coordenadora local do PIBID (2022/2023) e cinco versões PIBIC sendo a última (2022/2022). E-mail: auxiliadoramaues@uepa.br



Introdução

O artigo é apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado a Universidade do Estado do Pará (UEPA) - campus XI – São Miguel do Guamá, intitulado “**A EDUCAÇÃO E O RESSIGNIFICAR NA VIDA DE MULHERES ENCARCERADAS: o esperar que ultrapassa as grades**”. Quando surge a temática do Cárcere, logo se tem o pensamento é “bem feito, se está lá é porque mereceu”, falando sobre as mulheres negras é um pouco além, pois além de já serem discriminadas, ainda encontram várias barreiras, e uma delas inclusive está relacionada à educação dentro do sistema prisional, onde há preconceitos e julgamentos, porém, precisamos ter em mente a situação de cada mulher negra privada de liberdade, considerando que muitas vêm das ruas, outras são oriundas de um ambiente familiar destruído.

Para dar respaldo e suporte nesta construção, realizamos pesquisas e análise de instrumentos legais como a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a Constituição federal de 1988, e a Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, que ampara e dá direito à educação as pessoas apenadas de forma mais abrangente, o Estatuto da Igualdade Racial (IFMG) garante a população negra a efetivação da Igualdade de oportunidades em defesa de seus direitos. Além de combater quaisquer forma de intolerância étnica que lhes venham causar desprezo ou ódio.

METODOLOGIA

Como ponto de partida realizamos a pesquisa bibliográfica sobre o encarceramento em massa das mulheres negras no Estado do Pará e as dificuldades enfrentadas por elas frente a educação no cárcere, na perspectiva de Lakatos e Marconi (2003) onde afirmam que, “o método da pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlador e crítico, para que a pesquisa se constitui passa por um procedimento formal, tratamento reflexivo, científico até que se chegue a um fragmentário”. Recorremos então a livros, artigos científicos, produções impressas ou virtuais, que possibilitam maior compreensão acerca da práxis pedagógica relacionada ao tema. Para informações acerca do referencial teórico Freire (1987) postula a educação como prática de liberdade, Ângela Davis (2003) com a questão de gênero e mulheres pretas e Fernandes e Ercolani (2019).

A pesquisa documental esteve centrada na Lei de Execução Penal que versa sobre a assistência educacional efetiva ao interno o uso do acesso à educação em ambientes





restritos, assim como também o acesso as plataformas digitais para fins de documentos digitalizados como o Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN) catalogação de 2022.

Para abordagens acerca da educação no cárcere sobre diversos aspectos, a obra Veredas para o sol – Escritos sobre a Educação no Cárcere Paraense de Araujo et all (2021), de onde emprestamos a ideia de “fazer ecoar as vozes silenciosas que existem por trás das grades do interior do cárcere paraense”.

O Brasil aboliu a escravidão após 300 anos de dor e sofrimento da população negra, a Lei Áurea abolia o trabalho escravo, mas o que parecia o fim de um pesadelo devastador, era apenas uma ilusória sensação de liberdade. A escravidão “acabou”, contudo deixou rastros irreparáveis na vida do povo negro, o racismo atravessa barreiras desde o período colonial como herança para a contemporaneidade. Davis (2003) pautava a vida dessas mulheres negras como objetos de lucros para seus senhores.

Além de se submeter a trabalhos agrícola igual ao do homem as mulheres negras tinham tratamento diferenciado onde sua condição de raça o levava a péssima realidade, a condição de ser mulher negra permite que essas mulheres sejam violentadas, exploradas sexualmente e oprimidas. Contudo a opressão feminina era idêntica ao do homem, porém as mulheres sofriam de forma diferente pois eram vítimas de abusos sexuais e maus tratos episódios frequentes, os quais só poderia emudecer, em caso de rebeldia seria cruelmente castigada. (Davis, 2003)

Trazer em pauta a educação para pessoas que estão dentro do cárcere, sobretudo, as mulheres negras que punidas pelo crime cometido e, mais ainda por ser do sexo feminino e de pele escura, que já são subjugadas pela sociedade. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido” Freire (1987, p 6) uma sociedade onde o grande pisa no pequeno em prol de seus interesses, bloqueia a ideia de que o detento por si só consegue se ressignificar. A prática da liberdade só se dará mediante reconstrução do “eu” conquistar-se e construir sua própria história.

REFERENCIAL TEÓRICO

Falar sobre o encarceramento de mulheres negras é trazer à tona todo o processo vivido por cada uma desde os primórdios, com toda discriminação e preconceitos sofridos por elas e, quando se trata de educação, é mais dificultoso ainda. O julgamento terá sempre





que analisar cada caso, como, por exemplo, o que levou essa mulher a cometer tal crime, ao invés de analisar, essas são julgadas pelo fato de serem negras e principalmente mulheres, chegando até mesmo a sofrerem abusos no cárcere.

Segundo a autora Araujo et all (2021): “O poder da invisibilidade no interior do cárcere e o preconceito, ou melhor, a repulsa socialmente constituída, com relação às pessoas encarceradas, precisa ser confrontada até que desapareça”. Ainda de acordo com a autora, a educação bem planejada para essas mulheres servirá como um apoio para que se sintam parte de si mesmas e da sociedade, pois só o fato de estar no cárcere já sofrem por si só, e com a educação essas mulheres terão oportunidades de desafiar a si e até mesmo os valores e conceitos que a sociedade tem sobre elas. A ressignificação da vida dessas mulheres precisa acontecer para de fato o sentimento delas ao alcançarem a liberdade possa ser positivo. A educação é primordial para que isso aconteça.

Resultados e discussão

Dos resultados obtidos com a pesquisa, nota-se que há um campo vasto de informações sobre a temática, porém, não encontramos ações, mais precisas, concretas, como soluções sobre como conseguir realizar a mudança deste cenário, ou seja, muito discute sobre o assunto, mas poucas ações e atividades são realizadas. Observa-se que a educação no cárcere é vista somente como regalia, sendo uma dificuldade conseguir este acesso até mesmo pelas detentas que ali estão se sobressaindo através de uma seleção para ter acesso à escola principalmente as que se destacam dentro de uma religião imposta dentro do cárcere.

Os presídios Brasileiros se transformam em grandes instituições privada voltada para a economia no Brasil, possui como finalidade a transferência das obrigações do estado para a privatização, tendo em vista que a pena é cumprida em condições degradantes e contrárias ao que tange a lei dos direitos humanos, frente a anarquia que se formou no sistema prisional que não ressocializa o apenado.

É desafiador para os educadores conseguirem chegar com uma educação de qualidade como gostariam no interior do cárcere. Assim Araujo et all (2021) afirmam ao estudas a gestão penitenciária paraense e os processos de educacação e reinserção social, a partir de estudos anteriores, sobre a gestão pedagógica na Colonia Penal Agrícola de Santa Izabel - CPASI, dizem que:

[...] a educação dentro de uma unidade penal, neste caso, na CPASI, enfrenta diversas barreiras, sendo que uma das principais





dificuldades apresentadas diz respeito a significativa falta de autonomia por parte do setor educacional dentro do cárcere, para o desenvolvimento das suas ações. Do ponto de vista do espaço físico temos ali um ambiente insólito à sua prática, tudo ali parece inapropriado para a realização de “aulas”, de “ensino e de aprendizagem”. A educação deve libertar e o espaço “escolar carcerário” respira “aprisionamento, ali reside a prioridade das ações de controle, subserviência, ordem e segurança. (ARAÚJO 2021, p.59).

A partir dessas informações, tomando como exemplo, uma penitenciária, percebemos que o lemos em outras obras, que a realidade se estende por todo o Estado, e em nível nacional, e, que é um desafio que precisa ser vencido, quando surgem essas barreiras. Uma das barreiras está relacionada ao uso de materiais didáticos voltados para esta educação, pois devido às mulheres se encontrarem dentro do cárcere não é permitido, a entrada de vários tipos de materiais pedagógicos para este processo, assim as aulas deverão ser planejada levando em consideração essa falta de recursos.

Considerações finais

Observando as dificuldades apresentadas neste artigo com este tema relacionado às dificuldades do acesso à educação no cárcere pelas mulheres negras, considera-se a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para esta temática, trazendo soluções para confecções de materiais didáticos pedagógicos que ajudem na formação das detentas. Deve-se também investir em formação de professores, para que sejam capazes de ensinar e ajudar essas mulheres no propósito da ressignificação de suas vidas.

A parceria entre família e educadores é muito importante, pois geralmente quando as mulheres tem sua liberdade, o primeiro contato é com a família que ajudará esta a relacionar-se com o mundo, pois nada adianta a mulher sair do cárcere e encontrar um ambiente desestruturado, por isso, é preciso também uma educação na família para ajudar neste processo.

É preciso dar à educação duas finalidades de igual importância: de um lado, a formação da razão e a capacidade de ação racional; do outro, o desenvolvimento da criatividade pessoal e do reconhecimento do outro como sujeito. A educação a ser desenvolvida, deve ter como base a liberdade a autonomia a esperança em dias melhores. Para nós, também mulheres e pretas, sabemos que dentro (principalmente) e fora do cárcere, a vida é permeada por dificuldades desconfianças, sofrimentos, preconceitos, etc. Imaginamos que, nessas condições, para mulheres encarceradas o processo do viver, certamente é muito pior. É desumano, cruel, embrutecedor e carregado de estigmas,





entretanto, confiamos que pela vida da educação, a premissa da mudança deve nos dar fôlego para enfrentar a caminhada. Nosso papel, aqui de fora do cárcere é de alguma forma, tentar dar voz, para as tantas mulheres encarceradas e tão silenciadas.

REFERENCIAS

ARAUJO, M. A. M. de L.; FERREIRA, E. J. A.; GUIMARÃES, J. W. O. A Gestão Penitenciária Paraense e os processos de Educação e Reinserção Social. In: ARAUJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima et al. Veredas para o sol: escritos sobre a educação no cárcere paraense. Curitiba: CRV, 2021. p. 49-66.

Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 9, p. 811-844, out/2021 ISSN 2358-1557

[file:///C:/Users/cliee/Downloads/RACISMO+ESTRUTURAL+E+AS+MULHERES+NEGRAS+ENCARCERADAS+DUPLAMENTE+PENALIZADAS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cliee/Downloads/RACISMO+ESTRUTURAL+E+AS+MULHERES+NEGRAS+ENCARCERADAS+DUPLAMENTE+PENALIZADAS%20(1).pdf)

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/ressocializacao-pela-educacao-um-desafio-possivel.htm#:~:text=A%20fam%C3%ADlia%20precisa%20ser%20educadora,a%20escola%20e%20o%20meio>

BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. BRASIL.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. Atualização da edição Joao Bosco Medeiros. - 9 ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Atualização da edição de João Bosco Medeiros. -9 ed. -[Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2022.

[file:///C:/Users/cliee/Downloads/RACISMO+ESTRUTURAL+E+AS+MULHERES+NEGRAS+ENCARCERADAS+DUPLAMENTE+PENALIZADAS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cliee/Downloads/RACISMO+ESTRUTURAL+E+AS+MULHERES+NEGRAS+ENCARCERADAS+DUPLAMENTE+PENALIZADAS%20(1).pdf)

